

REVISÃO DE ARTIGOS NA BASE DE DADOS CAPES SOBRE CONSELHO TUTELAR E PSICOLOGIA

Bruno Bonfá Araújo ¹; Prof^a Ms. Geovana Mellisa Castrezana Anacleto ²; Prof^a Dr. Wilma Magaldi Henriques ³

Estudante do Curso de Psicologia; e-mail: brunobonffa@outlook.com ¹

Professora da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: geovana_castrezana@hotmail.com ²

Professora da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: wilmahenriques@hotmail.com ³

Área do Conhecimento: Psicologia

Palavras-chave: Conselho Tutelar; Psicologia; Análise

INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa visa revisar artigos sobre a atuação de um psicólogo para acompanhamento das práticas do Conselho Tutelar (CT) e o amparo psicológico feito por um profissional qualificado às crianças e jovens advindos de situações de conflitos. Onde segundo Rocha (2009) estão sujeitos a desenvolver traumas, que se não tratados de forma correta podem ser carregados para o resto de suas vidas, impedindo assim o desenvolvimento social pleno do indivíduo. O ofício do conselheiro tutelar é zelar pelos direitos da criança e do adolescente previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), impedindo a violação e/ou não cumprimento destes direitos; também, aconselhamento familiar e encaminhamento dos casos aos órgãos jurídicos quando necessário, cada cidade é provida de um CT que abriga cinco conselheiros, eleitos pela população da respectiva cidade via concurso e votação (SEQUEIRA, MONTE, BRACONNOT, 2010). O conselheiro tutelar é dotado da política de igualdade sobre todos, para que não haja conflitos de julgamento em nenhum aspecto referente às famílias atendidas (ROCHA, 2009). Para Sêda (2003), o Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, público, não jurisdicional, que é encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, integrando definitivamente o conjunto das instituições brasileiras, estando, portanto sujeito e subordinado ao ordenamento jurídico do País e que em suas decisões, tem autonomia para desempenhar as atribuições que lhe são confiadas pelo Estatuto Federal que o institui.

OBJETIVOS

Verificar os artigos sobre psicologia e conselho tutelar na base de dados Portal de Periódicos CAPES/MEC de 2000 a 2015. Analisar os artigos quanto às intervenções propostas, usuários participantes, instrumentos de coleta de dados, resultados obtidos e conclusões.

METODOLOGIA

Foi realizado um levantamento de artigos na base de dados *CAPES* - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no mês de Março de 2016, utilizando os descritores psicologia e conselho tutelar, totalizando 16 publicações. Deste total foram excluídos dois artigos por estarem repetidos. Após a leitura dos resumos, foram excluídos mais dois dos artigos, pois não continham os itens analisados. Portanto, a

análise baseou-se em 12 publicações do total capturado na base de dados. A partir dessa seleção os artigos foram analisados em relação às intervenções propostas, usuários participantes, instrumentos de coleta de dados, resultados obtidos e conclusões. O método utilizado foi de revisão sistemática, segundo Dyniewicz (2014) é uma síntese rigorosa de todas as pesquisas relacionadas a um tema, ou seja, segue um método rigoroso de busca e seleção de pesquisas. Após a seleção dos artigos, o material completo foi lido e analisado de acordo com os objetivos estabelecidos. Posteriormente, foi elaborada uma tabela explicativa e os resultados encontrados foram discutidos conforme a literatura científica da área.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

Quanto à intervenção, a proposta foi feita somente em dois dos artigos, sendo elas, psicoterapia e plantão de psicologia jurídica e atendimento em grupo. Observa-se que as propostas de intervenção são precárias quanto a essa temática, e que ainda os autores dão preferência aos textos teóricos. Quanto a usuários participantes foram descritos integrantes da unidade do Conselho Tutelar, crianças, mães e pais, psicóloga, estagiária de psicologia, avaliadores e coordenadores de abrigo. Em relação à quantidade de usuários descritos, somente um artigo não apresentou indivíduos pesquisados, onde foram analisados os prontuários dos atendidos no conselho. Todos os demais 11 artigos apresentaram público de atendimento, os atendidos variaram de no mínimo um objeto de estudo onde a estagiário relatava sua experiência, e no máximo 40 usuários, sendo que em um único material estudado os autores relatavam somente que avaliação com todos os atendidos sem especificação de quantidade e tipo.

Em relação aos instrumentos, os artigos analisados utilizam-se dos materiais, Entrevista semi-estruturada (consta em seis dos artigos), observação (consta em dois dos artigos), Inventário de Recursos no Ambiente Familiar, Escala de Eventos Adversos, Escala de Adversidade Crônica, Critério de Classificação Socioeconômica, Entrevista no modelo “História de Vida Temática”, Escala Piers Harriz – Autoconceito, TDE (teste de desempenho escolar), relato de experiência, questionário e análise documental (referencial da Psicopatologia do Desenvolvimento), Entrevista de análise narrativa.

Quanto aos resultados dez dos artigos apresentam apenas as respostas estatísticas dos instrumentos aplicados, não criando discussão alguma sobre o tema, o que demonstra falta de propostas para pesquisas aplicadas. As pesquisas descritivas, aparentemente são as mais utilizadas nessa temática. Analisa-se que os estudos mais atuais mostram-se mais preparados para apresentação de resultados e discussão. Finalmente em relação à conclusão, houve dificuldade de análise por parte do autor dessa pesquisa, pois muitos materiais analisados não traziam claramente o objetivo, sendo assim a conclusão como uma resposta ao objetivo, não se pôde ter certeza do que a pesquisa propunha e somente a identificação da sugestão para novas pesquisas. Traz-se então, o que os autores descreveram como conclusão.

Através destes resultados é possível observar que como Andrade e Morato (2004) destacam, o psicólogo a partir da década de 80 foi retirado do seu papel apenas hospitalar e foi inserido em outras áreas que exigiram deste pensar uma nova série de questões políticas e sociais, que indicavam e criticavam a prática tradicional alienadora. Assim,

[...] os profissionais permanecem na crença e postura de quem sustenta um saber sobre o que é melhor, mais saudável, ou mais transformador para aquele grupo. Permanece na dimensão moral que pressupõe verdades universais sobre os relacionamentos psicossociais. A dimensão ética de acolhimento à produção da diferença, que advém, exatamente da produção de

conhecimento emergente no encontro, no grupo, está completamente ausente nesta postura ditadora de a priori (ANDRADE e MORATO, 2004).

É grande, portanto o número dentre as pesquisas analisadas que terminam após a coleta de dados, deixando a mercê de outrem a intervenção com essa população, é possível destacar os artigos de Castro, Toledo e Andery (2010) e Sequeira, Monti e Braconnot (2010) que ao intervirem tiveram melhores resultados e dados para exporem em suas pesquisas.

CONCLUSÃO

Conclui-se que quanto às intervenções somente dois materiais apresentam esse item. Em relação aos usuários participantes houve variedade quanto ao número de usuários estudados e ao tipo, sendo difícil estabelecer uma análise de comparação para com as pesquisas. Quanto os instrumentos houve um predomínio da Entrevista Semi-Estruturada com a descrição de outros 12 tipos diferentes de instrumentos. Quanto aos resultados e conclusão pode-se observar que somente dois artigos apresentaram resultados e a maioria somente utilizou-se da pesquisa descritiva para a apresentação dos resultados, e as conclusões não respondiam aos objetivos, que muitas vezes não estavam claros o suficiente para a identificação. Os dados analisados nesta pesquisa relatam as publicações sobre a temática, Conselho Tutelar e Psicologia, destacando as pesquisas sem propostas de intervenção alguma. Portanto, é possível afirmar a pouca quantidade de pesquisas realizadas com o tema proposto, necessitando assim maior investimento e interesse na área, para que seja possível compreender melhor a atuação deste órgão tão importante na sociedade atual.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ângela Nobre de; MORATO, Henriette Tognetti Penha; Para uma dimensão ética da prática psicológica em instituições. **Estudos de Psicologia**, 2004, 9(2), 345-353.

CASTRO, Norida Teotônio de; TOLEDO, Ana Helena Fernandes; ANDERY, Ana Maria Nunes; Tramas do cotidiano: a psicodinâmica do trabalho em um conselho tutelar. **Psicologia Ciência e Profissão**, n. 30 (3), p. 662-675, 2010.

DYNIEWICZ, Ana M.; **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. 3ª ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2014.

ROCHA, Fabrício Acosta Gonçalves. **A fala e a escuta da criança e do adolescente nas atribuições do Conselho Tutelar**. 2009.

SEQUEIRA, Vânia Conselheiro; MONTI, Manuela; BRACONNOT, Fernando Marques Oliveira. Conselhos Tutelares e Psicologia: Políticas Públicas e Promoções de Saúde. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 4, p. 861-866, out./dez. 2010.

SÊDA, Edson; **ABC do Conselho Tutelar**. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná – CEAF/MP, 2003.